

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 2. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E O LEGADO PATRIMONIAL NO BRASIL

ARTIGO

## A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: UM ESTUDO DOS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ E DO SAMBAQUI DE JOINVILLE

Diego Lemos Ribeiro\*

### RESUMO

Este artigo tem como inspiração a tese de doutorado homônima, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, da Universidade de São Paulo. Como premissa basilar, defendemos que existem barreiras, muitas vezes intransponíveis, entre a produção de conhecimento em arqueologia e a sociedade. Nesse cenário, os museus figuram como as principais janelas que se abrem entre o conhecimento construído em arqueologia e o público não especialista. Buscamos, com este artigo, identificar e apontar para aqueles ruídos que interferem nos fluxos de informações gerados pela cadeia operatória de musealização da arqueologia, por intermédio de um diagnóstico museológico, aplicado em dois estudos de caso: Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ).

**Palavras-chave:** Musealização da arqueologia, Diagnóstico museológico, Fluxos de informação

### ABSTRACT

This article is inspired by the homonymous doctoral thesis, defended in 2012 at the Doctoral Graduate Program in Archaeology, of University of São Paulo in 2012. We assume that there are barriers, often insurmountable, between the production of knowledge in archeology and society. In this scenario, museums are considered as the main windows that open between knowledge built in archeology and non-specialist audience. By understanding that museums are information systems, we sought to identify and point to those noises that interfere in the flow of information generated by the operative chain so called archeological musealization, through an instrument called museum diagnosis, applied to two case studies: Archaeology Museum Xingó (MAX) and the Archaeological Museum of Shellmound Joinville (MASJ).

**Key words:** Musealization of archaeology, Museological diagnosis, Information flow

\* Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas. Desenvolve pesquisa e atua junto ao Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA) na mesma Universidade.

E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

O artigo que segue teve como inspiração a pesquisa de doutorado homônima, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, da Universidade de São Paulo. Parafraseando o arqueólogo Paulo DeBlasis, acreditamos que a informação arqueológica é valiosa, e mal utilizada. Esse ponto de partida vem da observação de que os museus de arqueologia contemporâneos, por demais das vezes, ainda carregam o estigma de se apresentarem como instituições paradas no tempo, organizados em categorias taxonômicas que, por se comunicarem pouco e/ou mal com o grande público, permanecem afastados do cotidiano das *peças de carne e osso*. Alguns podem entender, com algum grau de juízo, que esse pensamento tem um tom de dramaticidade na medida em que nos deparamos com ações qualificadas e estimulantes em uma variedade de museus, em diversas localidades brasileiras. Por outro lado, compreendemos que tais exemplos ainda estão longe de ser uma realidade transversal no cenário da arqueologia musealizada.

Assumindo os museus como as maiores janelas que se abrem entre o conhecimento produzido em arqueologia e o público não especialista, partimos então da premissa que existem obstáculos informacionais no interior dos museus – aqui compreendidos como sistemas de informação – que interferem na representação pública da arqueologia. É verdade que, nos últimos anos, muito se tem discutido em termos de estratégias de aproximação dos museus de arqueologia com o grande público, sobretudo no que se refere à revitalização de exposições museológicas e ampliação de ações educativas no contexto dos museus. Na mesma direção, diversos são os fóruns em que são problematizadas questões acerca do gerenciamento do patrimônio arqueológico e da importância de se aprimorar os procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e extroversão dos acervos arqueológicos confiados a museus. Ainda assim, muitas asperezas entre a museologia e a arqueologia precisam ser aplainadas, fato este que gera refluxos como reservas técnicas saturadas, estratégias inadequadas de aquisição de acervos, coleções mal conservadas e documentadas, dentre outras inúmeras enfermidades.

## PREMISSAS BASILARES

Cabe apontar para uma das premissas fundamentais na qual o trabalho foi alicerçado: o fato de que há um patente descompasso entre o *quantum* de informação produzida no cenário científico da arqueologia e o conhecimento em potência que está sendo oferecido ao grande público, via instituição museológica. Em uma ponta, observamos que a arqueologia é uma área fortemente carismática ao grande público. O já citado arqueólogo DeBlasis (1992:65) assinala que “todo mundo quer saber algo dos mistérios envoltos sob o manto diáfano do passado, quer sejam homens ou dinossauros”. Essa ideia é reforçada, em contexto europeu, por Renfrew e Bahn (2004:577) quando afirmam que “claramente, existe um ávido apetite popular pela Arqueologia”.

Na outra ponta, a arqueologia caminha hoje em direção a uma abordagem que prioriza a interpretação da cultura material em suas múltiplas relações – contextuais, ideológicas e sociais –, da mesma forma que tem o *empoderamento* das comunidades como prioridade em sua agenda contemporânea. Na mesma direção, a práxis museológica distancia-se

gradativamente da preservação endógena dos bens musealizados para invadir o tecido social, incorporando aos discursos de preservação um espectro bem mais alargado de possibilidades interpretativas da cultura material – até então suprimidas dos discursos oficiais.

Paradoxalmente, o museu enquanto cenário privilegiado de promoção desse encontro (patrimônio arqueológico e público) parece evidenciar um contrafluxo: museus de arqueologia estacionados no tempo e afastados das dinâmicas sociais.

## CAMINHOS E POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Partindo dessas inferências, a pesquisa desdobrada na tese se alicerça na hipótese de que obstáculos/ruídos comunicacionais, localizados no processo de musealização da arqueologia, interferem diretamente nos fluxos de informação que atravessam os museus de arqueologia e seguem em direção à sociedade. Essa preposição nos guia a questionar: em que momento dessa cadeia operatória, a informação arqueológica ficaria retida? Assim como nos leva a uma segunda indagação: quais seriam os obstáculos que freiam, ou até mesmo obstruem por completo, os fluxos de informação ao largo desse processo?

É incontestável que há múltiplos caminhos e ângulos possíveis de enxergar esse fenômeno. O percurso elencado na pesquisa para dar conta da hipótese levantada, no entanto, é a construção e a aplicação de um diagnóstico museológico experimentado em dois museus de arqueologia. O diagnóstico museológico, para os fins da pesquisa, é considerado como um instrumento primordial de gestão, cujo principal objetivo é avaliar a *saúde* institucional.

O Museu de Arqueologia de Xingó (MAX<sup>1</sup>) e o Museu Arqueológico Sambaqui de Joinville (MASJ<sup>2</sup>) figuraram como campos de aplicação do diagnóstico. A opção deveu-se, sobretudo, pelos desafios e particularidades das instituições. Em primeiro lugar, ambos são museus monográficos, cujos focos principais são a arqueologia brasileira, tendo como perspectiva o enquadramento regional das suas ações. Isso significa dizer que o principal enfoque dos Museus estudados reside nas coleções arqueológicas, ao contrário de instituições que possuem estas no bojo de acervos heterogêneos – como ocorre em alguns casos de museus históricos de prefeituras, por exemplo. Além disso, a disposição geográfica dos referidos museus (extremo nordeste e extremo sul do território nacional) nos ofereceu uma visão geocultural da realidade arqueológica em que essas instituições estão inseridas, assim como permitiu aferir a abrangência de suas ações comunicativas (exposição e ações educativas), visto que a atuação de ambas dá-se em nível regional. Por último, os museus possuem distintos processos de formação de acervo – o primeiro é fruto de salvamento

---

1 O MAX está localizado no município de Canindé do São Francisco, em Sergipe. O Museu tem seu ponto de partida no projeto de pesquisa de salvamento arqueológico, iniciado em 1988, na área em que hoje está localizada a hidrelétrica de Xingó. As pesquisas foram, e ainda são, desenvolvidas pela Universidade Federal de Sergipe em convênio com a CHESF e a Petrobrás, sendo o museu instalado em 2000, com o objetivo de dar continuidade às pesquisas arqueológicas e de traçar uma aproximação com a sociedade.

2 O MASJ é uma unidade museológica localizada em Joinville, na região nordeste de Santa Catarina. Esse Museu, que está sob a tutela do município de Joinville, foi criado em 1969 após a compra da coleção arqueológica do pesquisador amador Guilherme Tiburtius. A instituição tem como meta a pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio arqueológico, além de recair sobre esta a incumbência de guarda permanente de material arqueológico proveniente dessa região.

arqueológico de contrato e o segundo é advindo da compra de uma coleção arqueológica do pesquisador amador Guilherme Tiburtius.

Antes mesmo de verticalizar a análise *para dentro* dos museus, alguma atenção merece ser dada aos fatores externos que interferem nos fluxos internos de informação (fatores internos). Esse deslocamento de olhares, nomeamos, respectivamente, de fatores endógenos ou processuais e de fatores exógenos ou históricos. Os primeiros guardam referência com a estrutura operacional de cada museu, em suas ações cotidianas (aquisição, salvaguarda e comunicação); já o segundo trata de fatores que dizem respeito aos resíduos históricos, que são reflexos dos olhares pretéritos sobre a cultura material que ainda se materializam no cotidiano dos museus. Por óbvio, os fatores endógenos e exógenos são indissociáveis, mesmo porque tais mentalidades pretéritas interferem diretamente nos processos de musealização da arqueologia.

Na tese, os fatores exógenos foram tratados no *corpus* teórico, momento em que desdobramos resumidamente a história dos pensamentos arqueológico e museológico; já os fatores endógenos foram descritos e arrazoados em dois capítulos específicos, dedicados a apresentar os resultados do diagnóstico aplicado em cada instituição. Para fins deste artigo, indicaremos brevemente algumas rotas de análise que convergem para as pontes disciplinares criadas entre a museologia e a arqueologia como forma de fazer uma breve cartografia dos fatores exógenos de análise.

Renfrew e Banh (2004) afirmam invariavelmente que os arqueólogos preferem dedicar mais tempo a novas escavações em detrimento do laborioso trabalho de análise e publicação. Segundo os autores, não poucas vezes os projetos falham em não alocar proporcionalmente os recursos e o cronograma de pesquisa para os trabalhos pós-escavação, sobretudo no que concerne à divulgação do conhecimento produzido em arqueologia.

Stephanie Moser (2002), por sua vez, entende que os arqueólogos demoraram muito tempo para reconhecer a prática de divulgação como parte integrante da construção do saber arqueológico. Ainda de acordo com a autora, existem duas principais formas de representação pública da arqueologia – a acadêmica (diversos tipos de escritos acadêmicos, conferências, publicações etc.) e a não-acadêmica (museus, livros populares, filmes etc.).

Adentrando ainda mais na interface das áreas, Colin Renfrew e Paul Bahn (2004) sustentam que a museologia (Museum Studies) vem se tornando uma disciplina bem estabelecida nas últimas duas décadas e, além disso, vem sendo reconhecida pela a complexidade das questões acerca da interpretação e exibição do passado. Por outro lado, os autores apontam para a problemática que envolve a estetização dos objetos como parâmetro de interpretação e exibição da cultura material. Ainda segundo os autores, a prática de tratar os artefatos arqueológicos como objetos de arte descontextualiza os artefatos e esvazia o seu potencial histórico e étnico.

Nessa mesma linha de análise, os arqueólogos Michael Shanks e Christopher Tilley (1992) inserem as questões museológicas em uma esfera crítica ao relacioná-las com a apresentação pública da arqueologia. Os autores afirmam que os museus desempenham o papel de maior elo entre a arqueologia, enquanto disciplina e profissão, e o grande público não-arqueólogo. Dentre as maiores críticas esboçadas pelos autores está a alegação de que os museus podem

gerar interpretações deturpadas sobre o passado, criando sua própria narrativa, a partir dos processos de seleção e classificação. Os autores também levantam a hipótese de que a maneira como os objetos são exibidos transforma-os em *commodity*<sup>3</sup>.

Preferimos não enfatizar esse conflito, pois não se trata, a nosso ver, de uma questão de responsabilizar áreas, mas sim de enxergar esses retrocessos como um indicativo da ainda deficitária comunicação entre áreas – sem mencionar a necessária construção de pontes disciplinares com áreas como a educação, conservação, turismo, dentre outras. Transpondo o tema para a realidade brasileira, constatamos que a relação disciplinar entre a museologia e a arqueologia, sob o pano de fundo da representação pública do conhecimento, não foge à regra: ainda é pouco explorada e carece de maior interlocução.

## MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA EM CONTEXTO BRASILEIRO

A musealização da arqueologia foi sistematicamente pesquisada com pioneirismo pela museóloga Maria Cristina Bruno. Especialmente em sua tese de doutorado, a autora denuncia o recorrente apagamento das fontes arqueológicas na interpretação da sociedade brasileira; portanto, tais indicadores estariam encobertos em uma *estratigrafia do abandono*.

Percebe-se, então, que os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para interpretação desta nação. (BRUNO, 1995:7)

O que é importante percebermos nesse contexto, respaldado na autora, é o fato de que os contingentes históricos impregnados nos museus do Ocidente ainda são refletidos nos dias atuais, especialmente nos museus brasileiros. A feição curiosa e exótica dos objetos expostos e armazenados; o caráter universalista e enciclopédico das coleções; o acúmulo dos objetos sem contexto, sepultados em reservas técnicas que mais parecem depósitos, são alguns dos indícios que confirmam essa tese. Embora no passado o acúmulo e o saque venham na esteira dos paradigmas de outrora, atualmente esses atos ganham nova roupagem – embora mantenham a sua essência perniciososa.

De forma sumária, a autora esboça da seguinte forma o papel dos museus no início do século passado:

Os museus brasileiros entraram neste século [XX], com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória. (BRUNO, 1995:111)

Cumpre mencionar que as discussões que abraçam a musealização da arqueologia vêm sendo amplamente alargadas graças ao esforço de diversos profissionais em circunscrever os limites e a extensão do que compreendemos como musealização da arqueologia. Essa

---

3 No corpo do texto, o termo adquire um significado de *utilitarismo*, como se o artefato, exposto de forma inadequada, tivesse o seu valor simbólico, histórico e social sobrepujado por uma semântica cronológica de objeto de estudo acadêmico e de artefato como espécime.

edificação conceitual de certo é tributária das discussões travadas, dentre outras, no âmbito do Grupo de Pesquisa *Musealização da Arqueologia*<sup>4</sup>, capitaneada pela pesquisadora Cristina Bruno, da mesma forma que é alavancada pela crescente quantidade de pesquisas geradas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – PPGArq-MAE.

Em uma via de mão-dupla, as questões que tangenciam a musealização da arqueologia ganham espaço nos mais privilegiados fóruns de discussões da arqueologia e, em menor grau, da museologia. Apenas para citar os fóruns de maior destaque, mencionaria os esforços empreendidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e pelo Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) em ampliar o espaço de debate nessa zona de interposição disciplinar.

Relacionaríamos dois momentos fundamentais em que as discussões avançaram na SAB: o Simpósio “O futuro dos acervos”, coordenado por Cristina Bruno e Paulo Zanettini, em 2007; o Simpósio “Musealização da Arqueologia: desafios contemporâneos”, coordenado por Bruno, em 2009; em 2011, durante o XVI Encontro Nacional da SAB, o simpósio temático “REMAAE: desafios para uma política de preservação do patrimônio arqueológico”, coordenado por Alejandra Saladino e Fabiana Comerlato e o simpósio temático “As interseções entre Arqueologia e Museologia: caminhos possíveis para a gestão do patrimônio arqueológico”, coordenado por Cristina Bruno e Diego Ribeiro; e, mais recentemente, em 2013, os Simpósios “Endosso Institucional e Gestão de Acervos: desafios e perspectivas legais”, coordenado por Carlos Costa e Elizabete Mendonça, e o Simpósio “Musealização da Arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”, coordenado por Cristina Bruno e Diego Ribeiro.

O MAX, por sua vez, também foi palco de relevantes discussões sobre o tema, especialmente no V e VI Workshop Arqueológico de Xingó, em que o Simpósio temático “Musealização do Patrimônio Arqueológico”, coordenado por Cristina Bruno na primeira edição e por Elizabete Mendonça na segunda, foi de fundamental importância para ampliar os debates acerca do tema. Outro importante movimento que congrega alguns temas nodais para a musealização da arqueologia vem de dentro do campo da museologia: a Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE). Essa Rede surge dentro do contexto do Fórum Nacional de Museus (FNM), durante as reuniões do Grupo de Trabalho de Museus Arqueológicos e Etnográficos, no III FNM, realizado em Florianópolis no ano de 2008. Os temas discutidos na Rede guardam estrita relação com a preservação e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro tendo, como principal objetivo, a troca de informações e experiências entre os profissionais que atuam em museus de arqueologia. Atualmente, os integrantes da Rede formam um grupo de debates que extravasa o FNM e ativa ações em rede.

As pesquisas emplacadas nas duas últimas décadas apontam para a diversidade de linhas de estudo que engloba o tema, assim como destacam as asperezas da superfície de contato entre a museologia e arqueologia nos processos de gerenciamento do patrimônio

---

4 Aqui, já nos referimos ao Grupo de Pesquisa *Musealização da Arqueologia* hospedado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ. Esse grupo vem desenvolvendo ações integradas com diversos profissionais que se dedicam ao tema.

arqueológico. Merece destaque a produção recente de duas teses confeccionadas por Camila de Moraes Wichers<sup>5</sup> (2010 e 2011).

Moraes Wichers, ao fazer um detalhado arrazoado das principais reflexões sobre o tema, infere que

a interface entre Museologia e Arqueologia e, conseqüentemente, a relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico no Brasil, tem sido marcada por rotas de afastamento. Nesse sentido, a construção de propostas para a interface entre esses campos torna-se fundamental para o aprimoramento dessa relação. (MORAES WICHERS, 2010:47)

A autora recupera os estudos realizados por Cristina Bruno para sinalizar um aspecto fundamental para o nosso estudo: a musealização da arqueologia como um processo que incorpora uma gama de fatores e procedimentos que transformam o patrimônio arqueológico em herança (MORAES WICHERS, 2010). Tais fatores e procedimentos, empreendidos por uma relação disciplinar entre as áreas citadas, suscitam uma série de asperezas que interferem nos fluxos de informação que atravessam os museus de arqueologia, conforme já especificado.

Em linhas gerais, a superfície de contato entre as áreas tem se alargado sobremaneira. Atualmente, o tema se dilata e abraça discussões, como, por exemplo, a formação dos profissionais arqueólogo e museólogo, no que tange ao gerenciamento das coleções arqueológicas em museus e instituições congêneres; os procedimentos de salvaguarda e comunicação empreendidos em museus; os aspectos relativos às noções de pertencimento e identidade; a historicidade da formação das coleções em museus de história natural; os estudos sobre a potencialidade signífica da cultura material e suas múltiplas dimensões simbólicas; além de contar com pesquisas direcionadas à educação patrimonial e possíveis interseções entre a arqueologia pública e a museologia social, dentre outras áreas de interesse.

A nomeada arqueologia de contrato<sup>6</sup>, nesse contexto, delineia novos contornos para a gestão do patrimônio arqueológico musealizado ou em processo de musealização, resvalando diretamente na cadeia operatória de musealização da arqueologia. O refugo mais cadente desse novo cenário seriam os impactos gerados pela incorporação desenfreada de coleções nos museus, a reboque das legislações ambientais vigentes. Concordamos com Moraes Wichers (2010:174) quando afirma que “a compreensão da configuração do campo científico da arqueologia no cenário brasileiro contemporâneo envolve necessariamente o

---

5 Moraes Wichers defendeu a primeira tese, intitulada “Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira”, em 2010 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; a segunda tese, intitulada “Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas”, foi defendida em 2011 no âmbito do PPGArq MAE-USP.

6 Sob a nomenclatura de *arqueologia de contrato*, podemos encontrar na bibliografia outras diversas denominações – *arqueobusiness*, arqueologia preventiva, arqueologia de salvamento, arqueologia empresarial – que, embora guardem as suas particularidades, são variações do mesmo tema, qual seja: pesquisas arqueológicas motivadas pela ameaça de destruição de sítios arqueológicos em projetos desenvolvimentistas.

entendimento da inserção da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento de empreendimentos diversos.”

A autora apresenta um detalhado cenário das pesquisas arqueológicas de salvamento, indicando que a arqueologia de contrato ocupa perto de 98% das pesquisas em andamento no país.

No cenário contemporâneo temos o aumento exponencial das pesquisas arqueológicas no país, assim, como dos acervos gerados por esses estudos. Entre os anos de 2003 e 2010, mais de 3.700 portarias de pesquisa arqueológica foram emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segundo dados consultados no Diário Oficial da União. [...] Essas pesquisas, maciçamente relacionadas à Arqueologia Preventiva, trazem avanços e desafios específicos para as universidades, centros de pesquisa, empresas, arqueólogos autônomos, órgãos gestores e instituições museológicas. (MORAES WICHERS, 2011:33)

Como resultado, desafios inéditos se materializam no cotidiano institucional daqueles que militam na preservação do patrimônio arqueológico, sobretudo em museus. Resvalam nos profissionais de museus os desafios que tangenciam os limites e os parâmetros para a concessão de cartas de endosso; os esforços para gerar resultados eficazes e em logo prazo em programas de educação patrimonial, estes nem sempre bem sucedidos; o deslocamento do acervo do seu território de origem, dentre outros aspectos transversais aos museus brasileiros (MORAES WICHERS, 2011). Observando do mesmo prisma, as arqueólogas Tânia Andrade Lima e Ângela Rabello (2007) indicam que as ações preservacionistas em torno dos sítios arqueológicos nos últimos anos desnudaram as condições de tratamento dessas referências patrimoniais no contexto dos museus brasileiros. Embora concordem que seja plenamente justificável a pesquisa arqueológica frente às ameaças ao dano do patrimônio arqueológico,

contudo, ela [a pesquisa] acabou por deixar à sobra uma outra forma de destruição, silenciosa, pouco visível, porém igualmente implacável: aquela produzida pelas más condições de conservação das coleções depositadas em museus, instituições de pesquisa ou simplesmente de guarda de materiais arqueológicos. [...] Se com apenas a pesquisa acadêmica as instituições já se encontravam abarrotadas – há muito discutindo estratégias de amostragem de modo a reduzir o máximo a coleta em campo, e, por conseguinte, o material a ser processado em laboratório e armazenamento em reservas – com a arqueologia empresarial o quadro se agravou consideravelmente, decuplicando o número de coleções a serem protegidas. (LIMA e RABELLO, 2007:245)

Se pensarmos que a esses milhões de objetos coletados somam-se todas aquelas coleções arqueológicas e etnológicas formadas nos últimos dois séculos, observamos que as instituições museológicas padecem em se adaptar a essa nova lógica. Grande parcela dos museus, da mesma forma que instituições como laboratórios, núcleos e centros de pesquisa, tem a árdua tarefa de lidar com o crescimento exponencial de acervos enquanto, institucionalmente, o espaço físico, a infraestrutura e o número de profissionais especializados para dar conta do gerenciamento patrimonial parecem estar estacionados.

Embora sistematizado de forma simplificada, o conceito ora exposto nos serve para demarcar alguns elementos estruturantes para a nossa pesquisa:

- A musealização da arqueologia implica um processo, uma cadeia, que segue um fluxo de aquisição, salvaguarda e comunicação; os museus de arqueologia, analogamente aos sistemas de informação, possuem, então, o componente de entrada, de processamento e de saída;
- Esses encadeamentos geram fluxos de informação que devem manter um equilíbrio entre os referidos encadeamentos, mantendo um fluxo contínuo e consistente, sob a pena de entrar em colapso;
- Os museus/sistemas de informação existem em razão do fenômeno comunicativo, sem o qual o sistema perde a sua essência primordial;
- Por fim, os processos de musealização se estruturam em uma perspectiva interdisciplinar e partilhada, em que os procedimentos de aquisição, salvaguarda e comunicação devem ter guarda compartilhada quando do tratamento das referências patrimoniais.

Todos esses indicadores somados nos apontam para uma relação litigiosa entre áreas, da mesma forma que nos leva a crer que essa invasão aduaneira cobra, necessariamente, os seus tributos – em especial no que tange ao grave desequilíbrio da cadeia operatória de musealização. Enquanto a incorporação de coleções nos museus segue em um ritmo célere e ininterrupto, o tempo de processamento e extroversão das coleções marcha em ritmo paquidérmico, levando os museus/sistemas de informação ao colapso. Para além daquelas preocupações já delineadas, novos refugos foram gerados nos últimos anos: reservas técnicas com instalações precárias e capacidade saturada; gestão e sistematização de informação ineficaz frente ao quantitativo e à complexidade tipológica das coleções; exposições museológicas paradas no tempo e no espaço; além de pouco diálogo entre os profissionais envolvidos no processo de gerenciamento patrimonial, dentre outros elementos que interferem diretamente na cadeia operatória de musealização da arqueologia.

Segundo Berta Ribeiro (1992:73):

De que valem coleções etnográficas mal documentadas e mal conservadas, acumuladas em reservas técnicas poeirentas, ameaçadas de mofo e infestação de cupim? [...] Como extrair, porém, informação científica, cultural e simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la?

Apesar de passados mais de vinte anos, a afirmação de Berta Ribeiro ainda se mostra uma realidade bastante vívida e atual. À faceta visível da destruição patrimonial – que ganha os seus contornos em pesquisas arqueológicas mal fadadas, empreendimentos desenvolvimentistas que atropelam o patrimônio arqueológico, degradação antrópica e biológica de sítios, etc. – soma-se uma versão mais latente, talvez discreta, que se refere à (má) gestão do patrimônio arqueológico no interior dos museus.

## O DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO

Visto, ainda que de relance, os fatores exógenos que interferem nos fluxos de informação, dedicaremos-nos a investigar alguns dos fatores endógenos que interferem no

processo de musealização da arqueologia. Para tal, cumpre elucidar pontualmente os marcos metodológicos da pesquisa.

Para tornar aparentes os obstáculos informacionais, optamos por confeccionar um diagnóstico museológico adaptado para museus de arqueologia, como anteriormente mencionado. A museologia vem passando, na atualidade, por uma grande discussão em termos de gerenciamento de museus e coleções. Importantes documentos confeccionados no campo dos museus vêm suprir uma demanda de profissionalização do campo que, por longa data, seguiu caminhos difusos e livres de uma sistematização de procedimentos e de ações mínimas para levar a frente uma gestão adequada das instituições.

Duarte Cândido (2011), em recente pesquisa, provê um amplo e detalhado panorama sobre o estado da arte da gestão de museus, notadamente o que tange ao diagnóstico museológico como caminho possível para o planejamento e qualificação das instituições museológicas. A autora aponta para o fato de que os museus brasileiros estão se abrindo para a cultura da avaliação por diversas contingências contemporâneas que, dentre as quais, está a pressão estabelecida por legislações reguladoras para os museus. (DUARTE CÂNDIDO, 2011)

Duarte Cândido sinaliza, também, para o fato de existir uma diversidade de diagnósticos possíveis de serem efetivados que, inclusive, transitam por outras áreas de conhecimento e são abarcados pela realidade dos museus. Em linhas gerais, essas avaliações podem ser parciais ou globais. A primeira abarca pontos específicos que podem ser mensurados dentro do organismo museológico – tal como diagnóstico de acessibilidade, diagnóstico de acervo, diagnóstico de documentação, avaliação de exposições e estudos de públicos. A segunda tem como princípio uma feição integradora, que percebe o todo da instituição em conexão com as partes. Concordamos com a autora, quando afirma que

em um paralelo com que ocorre em avaliações médicas, podemos dizer que esses **(diagnósticos parciais)** são diagnósticos de alguns especialistas, enquanto o diagnóstico museológico seria uma abordagem de ‘clínica geral’, tentando perceber a organicidade das diferentes partes e realizar uma análise do quadro geral do funcionamento, indicando, quando for o caso, um aprofundamento da avaliação por especialistas naqueles pontos que foram identificados os problemas que comprometem o todo. (DUARTE CÂNDIDO, 2011:112. Grifo nosso)

Stuart Davies (2001) e Timothy Mason (2004) esclarecem que um dos pilares para a elaboração de um plano é justamente o diagnóstico museológico. Sobre essa ferramenta, ambos os autores concordam que depois de estabelecida a missão institucional, os profissionais devem fazer um diagnóstico detalhado da situação atual do museu, que, por sua vez, pode ser inexequível caso não seja realizada uma seleção daquelas questões que serão analisadas em detalhes.

De acordo com os autores, o diagnóstico situacional do museu inclui aspectos internos e externos ao museu (aqui tratados como fatores endógenos e exógenos), sendo que o diagnóstico dos fatores internos busca identificar aqueles problemas básicos que o museu enfrenta em sua rotina. Na mesma medida, os autores ainda destacam o método de análise

intitulado SWOT<sup>7</sup>, que se resume em investigar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

A SWOT é uma ferramenta analítica poderosa que pode fazer com que toda a equipe se envolva no processo de planejamento. Além disso, é necessário que se dedique tempo para avaliar, especificamente, com mais detalhes, os resultados dessa etapa. Em geral, isso inclui examinar de modo minucioso o desempenho do museu no passado e no que ele será capaz de fazer no futuro (**diagnóstico interno**). Mas também é necessário enxergar o museu dentro de um contexto mais amplo, para avaliar como forças externas poderão afetá-lo no futuro. (DAVIES, 2001:35. Grifo nosso)

Em seguida, arrazoaremos como, respaldados pela bibliografia cotejada, operaremos o diagnóstico museológico:

- O diagnóstico proposto intenta fazer uma análise global da situação dos museus, tal como um clínico geral, compreendendo-os como um organismo composto por partes interconectadas;
- Na medida em que observamos o organismo de forma integrada, não vamos verticalizar nas análises dos setores em separado, tal qual um especialista – a exemplo da documentação, da segurança, acessibilidade, etc. – sob a pena de perdermos a visão do todo;
- Embora não tenhamos utilizado o método SWOT em sua integridade, algumas características fundamentais foram incorporadas para a nossa pesquisa, tais como: obstruções dos fluxos informacionais (ruídos); potencialidades dos fluxos (endógenos); estruturas de longa-duração (exógenos); e aproximações institucionais (elementos transversais nos museus);
- Nosso diagnóstico identifica, portanto, os obstáculos que freiam os fluxos de informação, assim como identifica aqueles elementos que os impulsionam; ao cabo, busca-se apresentar possibilidades para dinamizar e equilibrar as assimetrias encontradas. Por esse ângulo, o diagnóstico almeja ser propositivo e não um simples apontamento de aspectos negativos.
- Ainda em analogia às ciências médicas, buscamos calibrar uma visão de *raios-X* sobre o organismo; queremos dizer com isso que o nosso diagnóstico busca um olhar para além da realidade aparente de alguns elementos. Apenas a título de exemplificação, ao vislumbrarmos uma reserva técnica abarrotada (parte visível), se não tivermos o olhar de *raios-X* perderemos o foco de todas aquelas circunstâncias (invisíveis ao olhar o espaço) que guiaram a esse acúmulo, como: carência de funcionários, baixos salários, distanciamento entre a sede administrativa e a reserva técnica.

Identificamos, também, aqueles elementos que pretendíamos analisar, tendo como rota o caminho lógico<sup>8</sup> que a cultura material percorre no processo de musealização, quais sejam:

---

<sup>7</sup> Em língua inglesa, a nomenclatura SWOT significa Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Em tradução para a língua portuguesa, respectivamente, pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

- Significação e aquisição do registro arqueológico;
- Estrutura física do museu;
- Estrutura funcional do museu;
- Estratégias de salvaguarda;
- Estratégias de exposições;
- Estratégias de ações educativas;
- Retroalimentação do sistema de informação.

No que se refere à significação e à aquisição do registro arqueológico, nosso primeiro elemento de análise, investigamos as mentalidades por detrás da coleta (aquisição) da cultura material. Como procedimentos de pesquisa, elencamos os seguintes tópicos de análise:

- Análise dos documentos primários que indiquem os processos de aquisição das coleções, como relatórios de pesquisa e outros documentos que apontem para as estratégias de pesquisa de campo e/ou de doação de acervos;
  - Identificação dos porquês da coleta de campo e das questões políticas, ideológicas e legislativas que interferem no processo de recorte patrimonial (área de interesse de pesquisa arqueológica);
  - Averiguação dos profissionais envolvidos no processo de investigação da cultura material, como linhas de pesquisa e equipe interna e externa
- Tais tópicos de análise se desdobram em questões específicas, como:

- Formas de aquisição de acervos – doações, pesquisas acadêmicas, arqueologia de contrato, concessão de carta de endosso, doações, etc.;
- Se os museus dispõem de política de aquisição e descarte de acervos;
- Se os museus continuam recebendo acervos e em que intensidade;
- Tipologia do material arqueológico incorporado;
- Densidade de coleções nos laboratórios aguardando processamento;
- Gerenciamento das informações primárias;
- Procedimentos de curadoria arqueológica;
- Engajamento com áreas afins.

---

8 Quando nos referimos ao *caminho lógico* não estamos querendo dizer que este é o único caminho possível. Nesse sentido, devemos ter em mente que o processo de musealização da arqueologia não requer necessariamente, por exemplo, um deslocamento do campo (sítio) para um espaço museológico, pois, nesse raciocínio, estaríamos desconsiderando a musealização de sítios arqueológicos e, também, uma possibilidade de processo de musealização *in situ*. Em nosso caso de estudo, as premissas utilizadas referem-se aos museus ortodoxos, localizados em prédios pensados para tal fim. Nessa mesma linha argumentativa, seria inadequado pensar a salvaguarda e as exposições como estratégias localizadas apenas no interior do prédio museu. Em suma, devemos pensar tal *caminho lógico* apenas como um pensamento esquemático que será possivelmente desconstruído ao aplicarmos o método em nossos campos de análise.

No que se refere à estrutura física do museu, investigamos como a relação entre o edifício, o corpo funcional e o público se plasma no museu. Tendo em vista que a arquitetura museológica é o cenário em que a realidade arqueológica é construída e dialogada, a observação dos bastidores desse cenário faz-se indispensável. Em termos de diretrizes de pesquisa, selecionamos os seguintes tópicos de observação:

- Averiguação de quais são os espaços ocupados pelas operações museológicas e onde estes repousam na planta dos museus;
- Investigação de quem são os profissionais que trabalham em cada espaço e como eles se comunicam dentro da instituição;
- Observação dos lugares públicos com e sem acervo, onde parte da informação é extrovertida;
- Verificação se a localização geográfica dos museus interfere nas dinâmicas de aquisição, salvaguarda e comunicação, apontando para as facilidades e dificuldades impostas por esse elemento;

Tais tópicos se desdobram em outros específicos, como:

- Readequações da planta arquitetônica com o tempo;
- A edificação ocupada pelo museu e a sua localizações geográficas;
- Propriedade do edifício e possíveis restrições de ampliação;
- Regime jurídico do edifício (tombamento ou outro);
- Instalações e facilidades oferecidas ao público;
- Restrições da arquitetura para os procedimentos de salvaguarda e comunicação.

No tocante à estrutura funcional, este tópico apresenta os funcionários que integram o organismo museológico, que atuam nos bastidores do museu, e são responsáveis pela construção e extroversão dos discursos arqueológicos e museológicos. Pretende também diagnosticar quais são os vetores de poderes internos e externos que interferem nos fluxos informacionais. A partir disso, pretendemos conduzir a pesquisa sobre os seguintes alicerces:

- Apuração da tutela do museu e as suas relações entre as esferas pública e privada;
- Estudo do organograma do museu (setores, departamentos etc.), atribuições e como os profissionais se relacionam;
- Estudo da procedência dos recursos financeiros.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Permanência dos profissionais no quadro do museu;
- Formação das equipes no contexto histórico do museu;
- Nível de treinamento e especialização dos funcionários do quadro;
- Contratação de profissionais temporários e colaboração de membros externos;

- Oscilações no orçamento institucional ao longo do tempo;
- Averiguação se os museus têm dotação orçamentária própria;
- Gerenciamento dos recursos
- Fonte de origem do orçamento e sua estabilidade com o tempo;
- Mensuração das fontes de rendas internas e externas e o equilíbrio dessas fontes.

O tratamento dispensado ao acervo do museu, encarado aqui como salvaguarda, é um dos elos mais relevantes do processo de musealização da arqueologia. Problemas no processamento e na análise do acervo podem gerar um grande passivo, como reservas técnicas amontoadas de objetos desprovidos de sua camada simbólica, além de dificuldade e até inviabilidade de recuperação da informação, por razão de uma sistematização inadequada tanto dos acervos quanto de seus documentos, dentre outros diversos prejuízos.

Nesse tópico, investigamos os seguintes procedimentos:

- Análise dos programas de salvaguarda contidos nos documentos norteadores, como Plano Museológico e Regimento;
- Investigação estrutural das reservas técnicas, em termos de materiais disponíveis para acondicionamento, infraestrutura, condições de armazenamento e acondicionamento;
- Exame de como se dá a gestão de informação, museológica e arqueologicamente;
- Entendimento do processo de documentação do acervo pelos profissionais;
- Verificação das condições de segurança das coleções;

Tais procedimentos se desdobram em tópicos específicos, como:

- Mobiliário utilizado para a guarda dos acervos;
- Utilização de equipamentos para o controle ambiental das reservas técnicas;
- Formas de etiquetagem e marcação dos acervos;
- Material para acondicionamento disponível;
- Condições de segurança das coleções;
- Averiguação se existe um inventário global do acervo por coleções;
- Densidade de acervos em reservas técnicas;
- Estado de conservação dos acervos;
- Instrumentos utilizados para a documentação museológica e arqueológica;
- Utilização ou não de bancos de dados;
- Políticas de gerenciamento de acervos;
- Utilização de planos de emergência.

Do ponto de vista das exposições museológicas, que podem se configurar como exposições de longa duração, temporárias e itinerantes, objetivou-se diagnosticar essa principal janela de contato que se abre para o público interagir com a informação produzida

pelo museu. As exposições foram observadas como a materialização de um processo no qual diversos fatores e procedimentos estão cristalizados em potência, prontos para serem lidos. Por esse entendimento, as exposições são importantes documentos para análise, que, se lidos com olhos interpretadores, podem desvelar os resíduos indesejados como objeto descontextualizado; a ênfase da estética em detrimento das redes de significados atrelados à cultura material; o quantitativo sobrepujando o qualitativo; as informações defasadas e generalistas; as informações herméticas e inacessíveis ao público; apenas para listar alguns. Nesse momento, lançamos mão dos seguintes procedimentos de análise:

Exame das estratégias de exposição museológica (longa duração, temporária e itinerante), tendo como referência os documentos norteadores da instituição;

- Estudo dos recursos expositivos utilizados;
- Pesquisa da trajetória das reformulações expositivas;
- Análise das estratégias de tradução da informação e dos agentes envolvidos;

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Análise dos projetos de concepção de exposições;
- Abrangência dos públicos com quem interage;
- Averiguação se há controle do público – quantitativo e qualitativo;
- Análise dos programas de exposição nos documentos norteadores;

No mesmo bojo das exposições, as ações educativas entram em um grande conceito: a comunicação. Embora geralmente estejam separados em setores ou em departamentos, ambos estão intrinsecamente conectados e, em tese, devem buscar por diferentes metodologias o mesmo propósito, qual seja: a aproximação entre a mensagem do museu e o público com quem se busca estabelecer o diálogo. E, ainda, embora os questionamentos sejam bem semelhantes em ambos, destacamos alguns procedimentos específicos para esse campo:

- Diagnóstico dos setores educativos nos museus, no que se refere às metodologias elencadas;
- Mensuração de como as instituições incorporam as ações educativas no bojo de sua missão, tendo como referência os instrumentos reguladores;
- Análise dos setores da sociedade com quem procuram dialogar (crianças, jovens, adultos, terceira idade);
- Estudo da abrangência das ações, por meio da avaliação proposta pelo setor e dos profissionais envolvidos.

Tais procedimentos se desdobram em tópicos específicos, como:

- Formas de acesso do público que interage com as ações educativas;
- Relação das ações educativas com as exposições;

- Continuidade das ações educativas de acordo com a historicidade dos museus;
- Relação da infraestrutura dos museus para a recepção dos grupos;
- Facilidades de acesso dos grupos aos museus (os museus apenas recebem os públicos ou também realiza ações extramuros).

Mescla-se, direta ou indiretamente, com o tópico anterior, a questão da retroalimentação do sistema de informação. Compreendemos que, se por um lado, torna-se extremamente complicado mensurar os sentimentos e emoções daqueles que tiveram a oportunidade de interagir com o museu, por outro a observação de suas reações, assim como as marcas e impressões deixadas nos cadernos de sugestões ou pelas avaliações desenvolvidas pelos setores específicos, acabam sendo bons indícios do aproveitamento que os indivíduos têm da informação. No que concerne à retroalimentação do sistema, propomos os seguintes procedimentos:

- Análise dos relatórios elaborados pelo setor e possíveis avaliações já realizadas;
- Investigação dos métodos de avaliação propostos pelos museus e os seus setores, especialmente o setor de museologia e educação;
- Compreensão de quem são os atores que propõem avaliações de público e quem procuram *ouvir*;

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Tipologias de avaliação de público – quantitativo e/ou qualitativo;
- Conhecimento sobre aqueles setores que não frequentam o museu;
- Formas de tabulação dos resultados das pesquisas;
- Categorias e perfis de público que fazem uso das ações comunicativas;
- Autoavaliação da equipe e metodologias informais de avaliação.

## UMA BREVE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos resultados obtidos no diagnóstico, pudemos corroborar a nossa premissa inicial: existem obstáculos que freiam os fluxos de informação no interior dos museus. Não foram poucos os obstáculos detectados que causam arritmias nos fluxos de informação. Alguns deles são bastante particulares ao contexto institucional e outros atravessam a maior parte dos museus de arqueologia brasileiros.

Em linhas gerais, ambos os Museus possuem um quadro de funcionários aquém das expectativas e das metas assumidas para a gestão do patrimônio arqueológico. Nomeadamente o MAX, em sua segunda fase institucional, sofre radicalmente com a escassez de recursos e, conseqüentemente, com um quantitativo de profissionais que deveriam ocupar as coordenações de arqueologia e exposições, assim como o programa de ação educativa. Associado à questão do quadro de profissionais, os insuficientes recursos repassados aos Museus por seus órgãos de tutela também são fatores que interferem na dinâmica dos fluxos

de informação. Ainda no contexto do corpo funcional, seria relevante promover o azeitamento da interface entre os setores que representam arqueologia e a museologia no interior dos museus; esses setores caminham de forma divergente em suas ações cotidianas. No caso do MASJ, embora formalmente possua ações compartilhadas da arqueologia e da museologia na salvaguarda do patrimônio, os processos de pesquisa (produção de conhecimento) e comunicação (extroversão) não seguem um fluxo constante e continuado. No âmbito do MAX, o Regimento Interno reduz sobremaneira a ação da museologia, limitando-se praticamente à manutenção das exposições e ao controle do público. Seria vantajoso, portanto, que a instituição formulasse programas conjuntos de ação entre setores/coordenações. O MAX poderia repensar o seu Regimento, reconfigurando as responsabilidades assumidas por cada coordenação, especialmente o que cinge as atribuições da coordenação de exposições (onde figura a museologia).

De formas diferenciadas, ambas as instituições buscam recursos em fontes de receitas variadas. O MASJ tem a tradição de captar recursos e equipamentos em projetos de fomento, enquanto o MAX se apoiou financeiramente no patrocínio externo da Petrobrás, em sua primeira fase, assim como em bilheteria e na loja de *souvenires*. Podemos refletir que ambos têm a potencialidade de incrementar as fontes orçamentárias com determinadas estratégias, como, por exemplo, locação de espaços, Associação de Amigos dos Museus e parcerias mais sólidas com órgãos de turismo das cidades em que estão inseridos. O MAX, diferentemente do MASJ, é um Museu Universitário e, portanto, pode lançar mão da estrutura da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para incrementar projetos de extensão e ensino no interior da instituição.

O tripé aquisição de acervos, pesquisa e salvaguarda também aponta para uma desarmonia no fluxo de informação. Em maior ou menor grau, ambos possuem um quantitativo de coleções que não encontra paralelo em termos de pesquisas produzidas e processamento das coleções. Embora essa evidência seja absolutamente transversal no universo dos museus de arqueologia, seria de fundamental importância que as instituições se debruçassem em programas claros e planejados de aquisição e salvaguarda, compatíveis com a sua estrutura interna e os seus propósitos preservacionistas.

Embora ambas as instituições possuam um recorte patrimonial bem delimitado, seria interessante que a porta de entrada (aquisição) fosse regulada de acordo com as potencialidades de processamento e produção de pesquisa. Entendemos que, ao incrementar os encadeamentos de produção e organização de informação, a comunicação é diretamente beneficiada, pois os insumos informacionais gerados por esse processo alimentam e revitalizam as estratégias de extroversão (exposições e ações educativas). Nesse quesito, o MAX também tem um potencial bastante positivo, por estar inserido no contexto universitário, enquanto o MASJ poderia intensificar a pesquisa por intermédio de projetos e convênios com universidades, como já fora efetivado em outros momentos institucionais. Além disso, não poderíamos deixar de mencionar: seria importante que as demandas por novos profissionais fossem constantemente negociadas com os seus órgãos de tutela, levando em conta as legislações que regem os Museus.

Em termos de ferramentas e recursos de mapeamento dos públicos que interagem com os Museus, que convencionamos chamar de retroalimentação do sistema, notamos que em ambas as instituições estas podem ser incrementadas. Compreendemos esses instrumentos como elementos primordiais para a vitalidade e intensidade dos fluxos de informação. De maneira geral, a maior ênfase dessas ferramentas dá-se em termos dos públicos que interagem com as ações educativas, nomeadamente no MASJ; ou então cumprem o papel de quantificar o público que acessa a exposição (muitas vezes motivado pela própria ação educativa). Nesse contexto, há uma considerável parcela de públicos que não é incorporada nos mecanismos de avaliação/escuta, assim como não são interpretados aqueles públicos que têm potencial de frequentar o museu, mas que, por algum motivo, não o acessa. Tendo em vista a privilegiada localização de ambas as instituições, seria relevante ampliar as estratégias de avaliação com vistas a qualificar as ações museais e, ao mesmo tempo, alargar a possibilidade de acesso às ações de comunicação.

No que tange à estrutura física, em ambos os Museus este aspecto interferiu, ou ainda interfere, na fruição dos fluxos de informação. Por um lado o MASJ sofreu uma transferência de sede em razão de sua localização geográfica e de suas limitações em relação ao prédio original e, por outro, o MAX padece pela distância entre a unidade expositiva e a UFS, sobretudo na segunda fase institucional. Em ambos os casos, os obstáculos são bastante complexos e, por vezes, quase intransponíveis.

Com base no que fora analisado, então, cumpre retomar as questões basilares que alavancaram a investigação: em que momento da cadeia operatória a informação ficaria retida? Ao cabo da pesquisa, podemos afirmar que os lapsos informacionais mais contundentes não se encontram efetivamente na ponte de contato entre o museu e o público, no momento da comunicação. A nosso ver, os lapsos do sistema encontram-se, em maior ou menor grau, nos componentes anteriores. Averiguamos também que as estratégias de comunicação (exposições e ações educativas) seguem um ritmo relativamente autônomo em relação, por exemplo, aos insumos informacionais gerados pela pesquisa e à própria curadoria do acervo. No caso do MAX, por exemplo, a parte visível do Museu (exposições) continua sendo a mola propulsora da instituição, apesar das fragilidades encontradas em termos de pesquisa e salvaguarda. O MASJ, na mesma medida, continua obtendo considerável êxito nas exposições e ações educativas, ao menos em termos quantitativos, independentemente do ritmo desacelerado das pesquisas e de todos os problemas gerados pela transição de sede.

Por esse ângulo, a premissa de que as exposições estariam paradas no tempo, em razão dos obstáculos nos fluxos de informação nos compartimentos de aquisição, pesquisa e salvaguarda – que representam a produção e o processamento da informação – mostrou-se parcialmente dissonante em ambos os objetos de pesquisa. A fase atual do MAX, e tradicionalmente o MASJ, tem baixa intensidade de produção de informação sobre os acervos salvaguardados na instituição. Em termos de processamento, o MAX e, com menos intensidade, o MASJ, possuem acúmulo de coleções que não foram processadas e não completaram a cadeia operatória de musealização. Independentemente desses fatores, ambos possuem como trunfo institucional o elo final da cadeia produtiva, a comunicação

(exposições e ações educativas) – apesar dos lapsos informacionais encontrados nos componentes que a precede. Em outras palavras, seria o equivalente a dizer que o componente de comunicação é um subsistema que, apesar da conexão com os demais encadeamentos, tem o ritmo de funcionamento próprio e relativamente autônomo.

Por fim, acreditamos que as instituições diagnosticadas não chegam a fazer mau uso da valiosa informação arqueológica. Embora tenhamos diagnosticado lapsos informacionais no interior desses sistemas de informação, em linhas gerais, podemos afirmar que os museus pesquisados são grandemente comprometidos com a preservação do patrimônio arqueológico, tanto em termos institucionais quanto no que tange às equipes que integram os Museus. Apesar, portanto, das idiosincrasias, o MAX e o MASJ figuram como exemplos apreciáveis no contexto brasileiro dos Museus de Arqueologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 1995. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. São Paulo: FFLCH – USP.
- DAVIES, Stuart. 2001. *Plano Diretor*. (Série Museologia, Roteiros Práticos, 1). São Paulo: Edusp; Fundação VITAE.
- DE BLASIS, Paulo. 1992. *De Contexto a Contexto*. Ciência e Museus, Belém, 4:65.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina. 2011. *Gestão de Museus e o Desafio do Método na Diversidade: diagnóstico museológico e planejamento*. Tese de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona. 295pp.
- LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela M. C. 2007. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. IPHAN, 33:245-274.
- MASON, Thimoty. 2004. *Gestão Museológica: Desafios e Práticas*. (Série Museologia, Roteiros Práticos, 7) São Paulo: Edusp; British Council; Fundação VITAE.
- MORAES WICHERS, Camila. 2010. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. Tese de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Campo Grande. 458pp.
- MORAES WICHERS, Camila. 2011. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese de Doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 349pp.
- MOSER, S. 2001. *Archaeological representations: the virtual conventions for constructing knowledge about the past*. IN Hodder (ed.) *Archeological Theory Today*. Cambridge, Polity.
- RENFREW, C. & BAHN, P. 2004. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson, Londres, 4ª Ed.
- RIBEIRO, Berta G. 1992. *Coleções Museológicas: do estudo à exposição*. Ciências em Museus, Belém: Museu Emílio Goeldi v.4.
- SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. 1992. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. 2ª Ed. London-New York: Routledge.